



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

## Ficha de unidade curricular

Curso de Mestrado em Direito e Prática Jurídica  
Especialidade de Ciências Jurídico-Forenses  
(2.º Ciclo)

### Unidade curricular

Direito Processual Penal II – 1.º semestre

### Docentes responsáveis

Paulo Manuel Mello de Sousa Mendes – 2 horas  
Rui Filipe Soares Pereira – 2 horas

### Programa

1. Os métodos ostensivos de obtenção de prova
  - 1.1. Buscas e apreensões
  - 1.2. Pesquisas informáticas e apreensão de dados informáticos e emails
2. Os métodos ocultos de obtenção de prova
  - 2.1. Fundamento e limites dos métodos ocultos de investigação criminal
  - 2.2. Princípios gerais aplicáveis aos métodos ocultos de investigação criminal
  - 2.3. Legalidade da prova e novos métodos ocultos de investigação criminal
  - 2.4. Escutas telefónicas e ambientais
  - 2.2. Agente encoberto
  - 2.3. Registo de voz e imagem
  - 2.4. Acesso remoto a sistemas informáticos
  - 2.5. Localização através de GPS
3. A justiça negociada e a obtenção de prova
  - 3.1. Negociação da confissão
  - 3.2. Colaboração premiada

### Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

Os conteúdos programáticos abrangem todas as possibilidades de aplicação dos métodos ostensivos, ocultos e negociados de obtenção de prova no domínio do processo penal.

### Metodologias de ensino (avaliação incluída)

#### I. O método das aulas plenárias

O Regulamento de Avaliação dos Cursos de Mestrado em Direito da FDUL impõe o cumprimento de um programa da cadeira, oportunamente remetido ao Conselho Diretivo e divulgado no sítio da Faculdade na Internet e nos lugares de estilo.

As aulas são teórico-práticas.

#### II. Método das aulas práticas

É sempre realizada a chamada no início de cada aula prática e são registadas as ausências, vulgo “faltas”. A assiduidade não constitui um elemento autónomo de avaliação, mas as faltas constituem um fator de exclusão da avaliação contínua. É permitida a entrada de alunos no decurso da aula, embora com expressa advertência de que tal deve ser



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

evitado.

A participação oral dos alunos é fomentada através de agendamento e distribuição prévia de casos práticos e da jurisprudência a analisar, que todos conhecem com antecipação (desde logo, quando recebem o cronograma). Também é fomentada a participação espontânea.

É sugerida a realização de um relatório escrito, com o máximo de 15 páginas de texto (tipo de letra Times New Roman, corpo 12 em texto e 10 em nota de rodapé, espaçamento 1,5).

Finalmente, é realizado um teste escrito.

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

As aulas teórico-práticas garantem a necessária interação com os alunos e a discussão aprofundada dos tópicos do programa da cadeira.

#### Bibliografia principal

AA.VV.,

(2016) *Visions of Justice: Liber Amicorum Mirjan Damaska* (org. Bruce Ackerman, Kai Ambos e Hrvoje Sikiric), Berlin: Duncker & Humblot.

(2010) *World Plea Bargaining. Consensual Procedures and the Avoidance of the Full Criminal Trial* (ed. Stephen Thaman), Durham: Carolina Academic Press.

(2017) *Crime organizado – Análise da Lei 12.850/2013* (org. Kai Ambos, Eneas Romero), Madrid/Barcelona/Buenos Aires/São Paulo: Marcial Pons.

(2018) *Comentário Judiciário do Código de Processo Penal*, t. II (org. António Gama et al.), Coimbra: Almedina.

(2019) *Corrupção – Ensaio sobre a Operação Lava Jato* (org. Kai Ambos, Marcos Zilli e Paulo de Sousa Mendes), Madrid/Barcelona/Buenos Aires/São Paulo: Marcial Pons.

AGUILAR, Francisco,

(2004) *Dos conhecimentos fortuitos obtidos através de escutas telefónicas: contributo para o seu estudo nos ordenamentos jurídicos alemão e português*, Coimbra: Almedina.

(2016) “Notas reflexivas sobre o regime das escutas telefónicas no Código de Processo Penal português”, in *O Direito*, Ano 148.º, III, pp. 559-583.

ALBRECHT, Hans-Jörg,

(2009) “Vigilância das telecomunicações. Análise teórica e empírica da sua implementação e efeitos”, in *Que futuro para o direito processual penal? Simpósio em Homenagem a Jorge de Figueiredo Dias, por ocasião dos 20 anos do Código de Processo Penal Português* (coord. Mário Ferreira Monte et al.), Coimbra: Coimbra Editora, pp. 725-743.

ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de,

(2011) *Comentário do Código de Processo Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, 4.ª ed., Lisboa: Universidade Católica Editora.

ALMEIDA, Carlos Rodrigues de,

(2004) “O registo de voz e imagem, notas ao art.º 6.º da Lei n.º 5/2002, de 11 de Janeiro”, in *Medidas de Combate à Criminalidade Organizada e Económico-Financeira* (org. CEJ), Coimbra: Coimbra Editora, pp. 107-117.

AMBOS, Kai,

(2008) “Las prohibiciones de utilización de pruebas en el proceso penal alemán”, in *Prueba y Proceso Penal: Análisis especial de la prueba prohibida en el sistema español y en el derecho comparado* (coord. Juan Luis Gómez Colomer), Valencia: Tirant lo Blanch, pp. 57-149.

(2010) *Beweisverwertungsverbote – Grundlagen und Kasuistik – internationale Bezüge – ausgewählte Probleme*, Berlin: Duncker & Humblot.

ANDRADE, Manuel da Costa,

(2013) “O regime dos «conhecimentos da investigação» em processo penal: reflexões a partir das escutas telefónicas”, in *As alterações de 2013 aos Códigos Penal e de Processo Penal: uma reforma «cirúrgica»?* (org. André Lamas Leite), Coimbra: Coimbra Editora, pp. 153-202.



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

(2010) “Escutas telefónicas, conhecimentos fortuitos e Primeiro-Ministro”, in *Revista de Legislação e Jurisprudência*, n.º 3962, Ano 139, pp. 269-289.

(2009) “*Bruscamente no verão passado*”, a reforma do Código de Processo Penal: observações críticas sobre uma lei que podia e devia ter sido diferente, Coimbra: Coimbra Editora.

(2009) “Métodos ocultos de investigação (Plädoyer para uma Teoria Geral)”, in *Que futuro para o direito processual penal? Simpósio em Homenagem a Jorge de Figueiredo Dias, por ocasião dos 20 anos do Código de Processo Penal Português* (coord. Mário Ferreira Monte et al.), Coimbra: Coimbra Editora, pp. 525-551.

(2009) “A utilização e valorização do resultado de escutas telefónicas em processos disciplinares desportivos”, in *Desporto & direito. Revista jurídica do desporto*, Ano 6, N.º 18 (Maio-Agosto de 2009), pp. 361-404.

(1992) *Sobre as proibições de prova em processo penal*, Coimbra: Coimbra Editora (reimpressão de 2013).

(1991) “Sobre o regime processual das escutas telefónicas”, in *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, Ano I, n.º 3 (Julho-Setembro de 1991), pp. 369-408.

ANTUNES, Maria João,

(2016) *Direito Processual Penal*, Coimbra: Almedina.

BELING, Ernst,

(2009) “Las prohibiciones de prueba como límite a la averiguación de la verdad en el proceso penal”, in *Las prohibiciones probatorias* (coord. Kai Ambos/Óscar Julián Guerrero), Bogotá: Temis, pp. 3-56.

BRITO, Maria Beatriz,

(2018) *Novas Tecnologias e Legalidade da Prova em Processo Penal – Natureza e enquadramento do GPS como método de obtenção de prova*, Almedina, Coimbra.

CAIRES, João Gouveia de,

(2014) “O registo de som e imagem e as escutas ambientais”, in *Direito da Investigação Criminal e da Prova* (coord. Maria Fernanda Palma et al.), Coimbra: Almedina, pp. 273-298.

(2012) “O regime processual especial aplicável ao crime organizado (económico-financeiro): âmbito de aplicação da Lei n.º 5-2002, de 11 de Janeiro, o regime do sigilo e do registo de voz e imagem”, in *Direito penal económico e financeiro: conferências do curso pós-graduado de aperfeiçoamento* (coord. Maria Fernanda Palma et al.), Coimbra: Coimbra Editora, pp. 453-547.

CÂMARA, Guilherme Costa, “Colaboração premiada: estratégia de política criminal vocacionada à superação da inerente opacidade do crime organizado”, in AA.VV., *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Manuel da Costa Andrade* (org. José Faria Costa et al.), vol. II, Instituto Jurídico, Coimbra, pp. 329-346.

CANOTILHO, J. J. Gomes, BRANDÃO, Nuno,

(2017) “Colaboração premiada: reflexões críticas sobre os acordos fundantes da Operação Lava Jato”, in *RBCCrim*, n.º 133, pp. 133-171.

CORREIA, João Conde,

(2014) “Prova digital: as leis que temos e a lei que devíamos ter”, in *Revista do Ministério Público*, n.º 139 (Julho-Setembro de 2014), pp. 29-60.

(2007) “Questões práticas relativas à utilização de diários íntimos como meio de prova em processo penal”, in *Revista do CEJ*, n.º 6 (1.º semestre de 2007), pp. 139-160.

(2006) “A distinção entre prova proibida por violação dos direitos fundamentais e prova nula numa perspectiva essencialmente jurisprudencial”, in *Revista do CEJ*, n.º 4 (1.º semestre de 2006), pp. 175-202.

COSTA, António Manuel de Almeida,

(2014) *Ilícito Pessoal, Imputação Objectiva e Comparticipação em Direito Penal*, Coimbra: Almedina, p. 765 e segs..

COSTA, Eduardo Maia,

(2014) “Ações encobertas (alguns problemas, algumas sugestões)”, in *Estudos em Memória do Conselheiro Artur Maurício* (org. Maria João Antunes), Coimbra: Coimbra Editora, pp. 357-369.

CUELLAR SERRANO, Nicolas González,



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

(2008) “Garantías constitucionales de la persecución penal en el entorno digital”, in *Prueba y Proceso Penal: Análisis especial de la prueba prohibida en el sistema español y en el derecho comparado* (coord. Juan Luis Gómez Colomer), Valencia: Tirant lo Blanch.

CUNHA, José Manuel Damião da,

(2017) *Medidas de Combate à Criminalidade Organizada e Económico-Financeira*, Porto: Universidade Católica Editora.

(2008) “O regime legal das escutas telefónicas: algumas breves reflexões”, in *Jornadas sobre a revisão do Código de processo penal* (org. CEJ), Lisboa: CEJ, 2008, pp. 205-218.

(2006) “Dos meios de obtenção da prova face à autonomia técnica e tática dos órgãos de polícia criminal”, in *II Congresso de Processo Penal. Memórias* (coord. Manuel Guedes Valente), Coimbra: Almedina, pp. 61-80.

DAMASKA, Mirjan R.,

(2009) *The Faces of Justice and State Authority: A Comparative Approach to the Legal Process*, New Haven/London: Yale University Press.

(2013) *Evidence Law Adrift*, New Haven/London: Yale University Press.

(2004) “Negotiated Justice in International Criminal Courts”, in *JICJ* 2, pp. 1018-1039.

DIAS, Jorge de Figueiredo,

(2014) “Por onde vai o Processo Penal Português – por estradas ou por veredas?”, in *As Conferências do Centro de Estudos Judiciários*, Coimbra: Almedina, pp. 49-88.

(2009) “O processo penal português: Problemas e perspectivas”, in *Que futuro para o Direito Processual Penal? Simpósio em homenagem a Jorge de Figueiredo Dias, por ocasião dos 20 anos do Código de Processo Penal português* (org. Mário Ferreira Monte et al.), Coimbra: Coimbra Editora, pp. 805-819.

(1988/9) *Direito Processual Penal* (Lições coligidas por Maria João Antunes), Coimbra: Secção de Textos da FDUC.

(1974) *Direito Processual Penal*, Coimbra: Coimbra Editora (reimpressão de 2004).

FARIA, Nuno Serrão de,

(2010) “Acesso aos registos das escutas telefónicas – os poderes de destruição do juiz de instrução”, in *Prova Criminal e direito de Defesa – Estudos sobre teoria da prova e garantias de defesa em processo penal* (coord. Teresa Pizarro Beleza et al.), Coimbra: Almedina, pp. 201-256.

GASPAR, António Henriques,

(2004) “As acções encobertas e o Processo Penal – Questões sobre a prova e o processo equitativo”, in *Medidas de Combate à Criminalidade Organizada e Económico-Financeira* (org. CEJ), Coimbra: Coimbra Editora, pp. 43-53.

GASPAR, António Henriques et al.,

(2016) *Código de Processo Penal Comentado*, 2.ª ed., Coimbra: Almedina.

GONÇALVES, Manuel Lopes Maia,

(2009) *Código de Processo Penal Anotado – Legislação Complementar*, 17.ª ed., Almedina: Coimbra.

GONÇALVES, Fernando/ALVES, Manuel João/VALENTE, Manuel Monteiro Guedes,

(2001) *Lei e Crime – O Agente Infiltrado versus o Agente Provocador – Os Princípios do Processo Penal*, Coimbra: Almedina.

HASSEMER, Winfried,

(2004) “Processo Penal e Direitos Fundamentais”, in *Jornadas de Direito Processual Penal e direitos fundamentais* (org. Maria Fernanda Palma), Coimbra: Almedina, pp. 15-25.

LEITE, André Lamas,

(2007) “Entre Péricles e Sísifo: o novo regime legal das escutas telefónicas”, in *Revista portuguesa de ciência criminal*, Ano 17, N.º 4 (Out.-Dez.2007), pp.613-669.

(2004) “As escutas telefónicas: algumas reflexões em redor do seu regime e das consequências processuais derivadas da respectiva violação”, in *Revista da Faculdade de Direito da Universidade do Porto*, Ano 1 (2004), pp. 9-58.

LEITE, Inês Ferreira,



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

(2014) “O novo regime das escutas telefónicas: uma visão panorâmica sobre a reforma de 2007”, in *Direito da investigação criminal e da prova* (coord. Maria Fernanda Palma et al.), Coimbra: Almedina, pp. 255-271.

LOBO, Fernando Gama,

(2015) *Código de Processo Penal Anotado*, Coimbra: Almedina.

LOUREIRO, Nuno Miguel,

(2015) “A responsabilidade penal do agente encoberto”, in *Revista do Ministério Público*, Ano 36, N.º 142 (Abril-Junho 2015), pp.79-120.

MAGISTRADOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO JUDICIAL DO PORTO,

(2009) *Código de Processo penal – Comentários e notas práticas*, Coimbra: Coimbra Editora.

MATTA, P. Saragoça da,

(2017) “Delação premiada... O regresso da tortura!”, in AA.VV., *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Manuel da Costa Andrade* (org. José Faria Costa et al.), vol. II, Instituto Jurídico, Coimbra, pp. 525-586.

MATA-MOUROS, Maria de Fátima,

(2011) *Juiz das Liberdades - Desconstrução de um Mito do Processo Penal*, Coimbra: Almedina.

(2008) “Escutas telefónicas: o que não muda com a reforma”, in *Revista de Economia e Direito*, volume 12, N.º 2/volume 13, N.º 1, pp. 279-310.

(2003) *Sob escuta: reflexões sobre o problema das escutas telefónicas e as funções do juiz de instrução criminal*, Cascais: Principia, 2003.

(2001) “O agente infiltrado”, in *Revista do Ministério Público*, Ano 22, N.º 85 (Jan.-Mar.2001), pp.105-120.

MENDES, Paulo de Sousa,

(2019) “O Princípio do processo equitativo na jurisprudência do TEDH”, in *Revista de Estudos Europeos*, I (2019), número extraordinário monográfico sobre Cooperación judicial transfronteriza y garantías procesales, pp. 66-78.

(2018) *Lições de Direito Processual Penal*, 5.ª reimp., Coimbra: Almedina (1.ª ed., 2013).

(2004) “As proibições de prova no processo penal”, in *Jornadas de Direito Processual Penal e direitos fundamentais* (org. Maria Fernanda Palma), Coimbra: Almedina, pp. 133-154.

MESQUITA, Paulo Dá,

(2010) “Prolegómeno sobre prova electrónica e interceptação de telecomunicações no Direito Processual Penal português – o Código e a Lei do Cibercrime”, in *Processo Penal, Prova e Sistema Judiciário*, Coimbra: Coimbra Editora, pp. 83-129.

MONTE, Mário Ferreira,

(2004) “O registo de voz e imagem no âmbito do combate à criminalidade organizada e económico-financeira – Lei n.º 5/2002, de 11 de Janeiro”, in *Medidas de Combate à Criminalidade Organizada e Económico-Financeira* (org. CEJ), Coimbra, pp. 79-106.

MORÃO, Helena,

(2006) “O efeito-à-distância das proibições de prova no Direito Processual Penal português”, in *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, Ano 16, n.º 4 (Outubro-Dezembro de 2006), pp. 575-620.

MUÑOZ CONDE, Francisco,

(2008) *De las prohibiciones probatorias al Derecho procesal penal del enemigo*, Buenos Aires: Hammurabi.

NEVES, A. Castanheira,

(1968) *Sumários de Processo Criminal*, Coimbra: Dactilog. por João Abrantes.

NEVES, Rita Castanheira,

(2011) *As ingerências nas comunicações electrónicas em processo penal*, Coimbra: Coimbra Editora.

NUNES, Carlos Alberto Casimiro,



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

(2011) “Dos meios de obtenção de prova: o caso das buscas domiciliárias e das intercepções telefónicas”, in *Politeia*, Ano VII (2009-2010), pp. 227-239.

NUNES, Duarte Rodrigues,

(2019) “Sobre a admissibilidade da obtenção de dados de localização através de sistema GPS à luz do Direito português e do Acórdão Ben Faiza c. França do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem”, in *Julgar online*, N.º 1.

(2018) *Os Meios de Obtenção de Prova Previstos na Lei do Cibercrime*, Coimbra: Gestlegal.

(2017) “A admissibilidade da obtenção, diretamente pelas autoridades, de dados de localização por meio de sistema GPS à luz do direito processual penal português”, in *Julgar*, N.º 32 (Maio-Agosto 2017), pp. 97-122.

(2015) *O problema da admissibilidade dos métodos “ocultos” de investigação criminal como instrumento de resposta à criminalidade organizada*, dissertação de doutoramento em ciências jurídico-criminais, policopiada, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

OLIVEIRA, Luís Pedro Martins de,

(2010) “Da autonomia dos regimes das proibições de prova”, in *Prova Criminal e direito de Defesa – Estudos sobre teoria da prova e garantias de defesa em processo penal* (coord. Teresa Pizarro Beleza et al.), Coimbra: Almedina, pp. 257-290.

ONETO, Isabel,

(2005) *O Agente Infiltrado, Contributo para a Compreensão do Regime Jurídico das Acções Encobertas*, Coimbra: Coimbra Editora.

PALMA, Maria Fernanda,

(2014) “Introdução ao Direito da Investigação Criminal e da Prova”, in *Direito da Investigação Criminal e da Prova* (coord. Maria Fernanda Palma et al.), Coimbra: Almedina, pp. 7-18.

(2004) “O problema penal do processo penal”, in *Jornadas de Direito Processual Penal e direitos fundamentais* (org. Maria Fernanda Palma), Coimbra: Almedina, pp. 41-53.

PEREIRA, Rui,

(2009) “Entre o ‘garantismo’ e o ‘securitarismo’: A revisão de 2007 do Código de Processo Penal”, in *Que futuro para o Direito Processual Penal? Simpósio em homenagem a Jorge de Figueiredo Dias, por ocasião dos 20 anos do Código de Processo Penal português* (org. Mário Ferreira Monte et al.), Coimbra: Coimbra Editora, pp. 247-268.

(2005) “O agente encoberto na ordem jurídica portuguesa”, in *Estudos em homenagem ao Conselheiro José Manuel Cardoso da Costa*, Coimbra: Coimbra Editora, pp. 283-311.

PEREIRA, Rui Soares,

(2019) “O acesso (unilateral e sem recurso a mecanismos de cooperação judiciária internacional) a dados armazenados em sistemas informáticos localizados no estrangeiro”, in *Revista de Estudios Europeos*, I (2019), número extraordinário monográfico sobre Cooperación judicial transfronteriza y garantías procesales, pp. 246-273.

PEREIRA, Sandra,

(2011) “A recolha de prova por agente infiltrado”, in *Prova Criminal e Direito de Defesa - Estudos Sobre Teoria da Prova e Garantias de Defesa em Processo Penal* (coord. Teresa Pizarro Beleza et al.), Coimbra: Almedina, pp. 137-159.

PINHEIRO, Alexandre de Sousa,

(2015) *Privacy e protecção de dados pessoais: a construção dogmática do direito à identidade informacional*, Lisboa: AAFDL.

RAMALHO, David Silva,

(2018) “A recolha de prova digital através de pesquisas informáticas transfronteiriças”, in AA.VV., *O domínio do imaterial: prova digital, cibercrime e a tutela penal de direitos intelectuais* (org. CEJ), ebook, pp. 55-69.

(2017) *Métodos Ocultos de Investigação Criminal em Ambiente Digital*, Coimbra: Almedina.

(2014) “A recolha de prova penal em sistemas de computação em nuvem”, in *Revista de Direito Intelectual*, n.º 2 (Dezembro 2014), pp. 123-162.

(2013) “O uso de malware como meio de obtenção de prova em processo penal”, in *Revista de Concorrência e Regulação*, Ano 4, N.º 16 (Outubro-Dezembro 2013), pp. 195-243.



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

(2013) “A investigação criminal na Dark Web”, in *Revista de Concorrência e Regulação*, Ano IV, N.ºs 14/15 (Abril-Setembro de 2013), pp. 383-429.

RAMALHO, David Silva/COIMBRA, José Duarte,

(2015) “A declaração de invalidade da Diretiva 2006/24/CE: presente e futuro da regulação sobre conservação de dados de tráfego para fins de investigação, deteção e repressão de crimes graves”, in *O Direito*, Ano 147.º, IV, 2015, pp. 997-1045.

RAMOS, Armando Dias,

(2017) *A prova digital em processo penal: o correio electrónico*, 2.ª ed., Lisboa: Chiado Editora.

RAMOS, Vânia Costa,

(2018) “Notas sobre novos desafios da cooperação judiciária internacional em matéria penal”, in *Revista de Estudos Europeos*, I (2019), número extraordinário monográfico sobre Cooperación judicial transfronteriza y garantías procesales, pp. 184-205.

(2017) “Novos problemas em matéria de proibições de prova - a dimensão internacional - regras de exclusão da prova obtida em violação da Convenção Europeia dos Direitos Humanos na Jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos”, in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Manuel da Costa Andrade* (org. José Faria Costa et al.), vol. II, Instituto Jurídico, Coimbra, pp. 739-773.

(2014) “Introdução aos problemas da obtenção de prova em contexto transnacional e à proposta da instituição de uma decisão europeia de investigação”, in *Direito da investigação criminal e da prova* (org. Maria Fernanda Palma et al.), Almedina, Coimbra, pp. 323-363.

(2007) “Âmbito e extensão do segredo das telecomunicações: Acórdão do Segundo Senado do Tribunal Constitucional Federal Alemão, de 2 de Março de 2006 (comentário), in *Revista do Ministério Público*, Ano 28, N.º 112 (Out.-Dez. 2007), pp. 141-159.

RODRIGUES, Benjamim da Silva,

(2011) *Da Prova Penal – Tomo IV – Da Prova –Electrónico–Digital e da Criminalidade Informático-Digital*, Lisboa: Rei dos Livros.

(2010) *Da Prova Penal – Tomo II. Bruscamente... A(s) Face(s) Oculta(s) dos Métodos Ocultos de Investigação Criminal*, Lisboa: Rei dos Livros.

(2008) *Das Escutas Telefónicas: A Monitorização dos Fluxos Informativos e Comunicacionais: contributo para a superação do “paradigma da ponderação constitucional e legalmente codificado” em matéria de escutas telefónicas*, Tomo I, Coimbra: Coimbra Editora.

ROGALL, Klaus,

(2010) “A nova regulamentação da vigilância das telecomunicações na Alemanha”, in *2.º Congresso de Investigação Criminal* (coord. Maria Fernanda Palma et al.), Coimbra: Almedina, pp. 117-143.

ROXIN, Claus,

(2008) *La prohibición de autoincriminación y de las escuchas domiciliarias*, Buenos Aires: Hammurabi.

SANTOS, Gil Moreira dos,

(2014) *Princípios e prática processual penal*, Coimbra: Coimbra Editora.

SANTOS, Manuel Simas / LEAL-HENRIQUES, Manuel,

(2008) *Código de Processo Penal Anotado*, vol. 1, 3.ª ed., Lisboa: Rei dos Livros.

(2004) *Código de Processo Penal Anotado*, vol. 2, 2.ª ed., Lisboa: Rei dos Livros.

SCHÜNEMANN, Bernd,

(2013) “Do templo ao mercado? Como a justiça penal aparentemente transforma a teoria econômica do direito em prática, governo em governança e soberania em cooperação” (trad. por Luís Greco), in: do mesmo A., *Estudos de direito penal, direito processual penal e filosofia do direito* (org. Luís Greco), Madrid/Barcelona/Buenos Aires/São Paulo: Marcial Pons, pp. 298-323.

SEIÇA, Alberto Medina de,



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

(2003) “Legalidade da prova e reconhecimentos «atípicos» em processo penal: notas à margem da jurisprudência (quase) constante”, in *Liber discipulorum para Jorge de Figueiredo Dias* (org. Manuel da Costa Andrade et al.), Coimbra: Coimbra Editora, pp. 1387-1421.

SILVA, Germano Marques da,

(1994) “Bufos, infiltrados, provocadores e arrependidos – Os princípios democráticos e da lealdade em processo penal”, in *Direito e Justiça*, Vol. 8, tomo 2, pp. 27-34.

(1993/94) *Curso de Processo Penal*, Lisboa: Universidade Católica, 3 vols. (7.ª ed./1.º vol., 2013, 5.ª ed./2.º vol., 2009, e 4.ª ed./3.º vol., 2014).

SILVA, Sandra Oliveira e,

(2011) “Legalidade da prova e provas proibidas”, in *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, Ano 21, n.º 4 (Outubro-Dezembro de 2011), pp. 545-591.

SOUSA, Susana Aires de,

(2003) “Agent provocateur e meios enganosos de prova. Algumas reflexões”, in *Liber discipulorum para Jorge de Figueiredo Dias* (org. Manuel da Costa Andrade et al.), Coimbra: Coimbra Editora, pp. 1207-1235.

TEIXEIRA, António de Jesus,

(2014) *Os limites do efeito-à-distância: nas proibições de prova no processo penal português*, Lisboa: Universidade Católica Editora.

TEIXEIRA, Carlos Adérito,

(2008) “Escutas telefónicas: mudança de paradigma e os velhos e os novos problemas”, in *Revista do CEJ*, n.º 9 (1.º semestre de 2008), pp. 243-319.

THAMAN, Stephen C.,

(2008) *Comparative Criminal Procedure: A Casebook Approach*, Durham: Carolina Press.

VACIAGO, Giuseppe, e RAMALHO, David Silva,

(2016) “Online searches and online surveillance: the use of trojans and other types of malware as means of obtaining evidence in criminal proceedings”, in *Digital Evidence and Electronic Signature Law Review*, vol. 13, pp. 88-96.

VALENTE, Manuel Guedes,

(2017) *Teoria Geral do Direito Policial*, 5.ª ed., Coimbra: Almedina.

(2010) *Processo Penal*, tomo I, 3.ª ed., Coimbra: Almedina.

(2008) *Escutas Telefónicas - Da Excepcionalidade à Vulgaridade*, 2.ª ed., Coimbra: Almedina.

(2006) *Conhecimentos fortuitos: a busca de um equilíbrio apuleiano*, Coimbra: Almedina.

VENÂNCIO, Pedro Dias,

(2011) *Lei do Cibercrime — Anotada e Comentada*, Coimbra: Coimbra Editora.

VERDELHO, Pedro,

(2015) “Lei do Cibercrime”, in *Enciclopédia de Direito e Segurança* (coord. JORGE BACELAR GOUVEIA/SOFIA SANTOS), Coimbra: Almedina, pp. 255-263.

(2010) “Anotação à Lei n.º 109/2009, de 15 de Setembro”, in *Comentário das Leis Penais Extravagantes*, Vol. I (org. Paulo Pinto de Albuquerque/José Branco), Lisboa: Universidade Católica Editora.

(2009) “A nova Lei do Cibercrime”, in *Scientia Iuridica*, Tomo LVIII, n.º 320 (Outubro-Dezembro de 2009), pp. 717-749.

(2008) “Técnica no novo C.P.P.: exames, perícias e prova digital”, in *Revista do CEJ*, n.º 9 (1.º semestre de 2008), pp. 145-171.

(2004) “A obtenção de prova do ambiente digital”, in *Revista do Ministério Público*, Ano 25, N.º 99 (Jul.-Set.2004), pp.117-136.

VERDELHO, Pedro/BRAVO, Rogério/ROCHA, Manuel Lopes,

(2003) *Leis do Cibercrime – Volume 1*, Lisboa: Centro Atlântico.





FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

WEIGEND, Thomas,

(2008) "The Decay of the Inquisitorial Ideal: Plea Bargaining Invades German Criminal Procedure", in AA.VV., *Crime, Procedure and Evidence, 3, in Comparative and International Context, essays in Honour of Professor Mirjan Damaska* (ed. John Jackson, Máximo Langer, and Peter Tillers), Oxford: Hart Publishing, 2008, pp. 49-65.

WEIGEND, Thomas e TURNER, Jenia Lontcheva,

(2014) "The constitutionality of negotiated criminal judgments in Germany", in *German Law Journal*, Vol. 15, n.º 1, 2014, Disponível em: [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=2375914](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2375914).